



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Gabinete do Plantonista
DCG 0002375-40.2023.5.11.0000

SUSCITANTE: SIND.DAS EMPRESAS DE TRANSP.DE PASSAGEIROS DO EST.
DO AM.

SUSCITADO: SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RDOV E URBANO
COLETIVO DE MANAUS E NO AMAZONAS

DECISÃO

Recebi os autos deste Dissídio Coletivo de Greve, em **15/12/2023**, às **18h43**, no plantão judiciário de 2º grau.

O suscitante ajuizou a ação, cujo objeto é a declaração da abusividade da greve dos Trabalhadores em Transporte Coletivo Urbano de Manaus e Região Metropolitana que aconteceu em **15/12/2023** à tarde.

Explica que há contradição na atitude do Sindicato em informar no dia **13/12/2023 às 14h13** que paralisaria às **0h01 do dia 18/12/2023** e iniciar paralisação já no dia **15/12/2023**.

Defende que a greve é ilegal porque:

a) não houve comunicação prévia de 72 horas antecedentes à paralisação ocorrida em **15/12/2023** à população e às autoridades, com ampla e efetiva divulgação à população, em todos os meios de imprensa e oficiais;

b) Não houve estabelecimento de plano contingencial de atendimento.

c) Não houve demonstração que a greve fora aprovada em Assembleia quando do envio do Ofício de comunicação da greve;

d) Não houve tentativa formal de negociação prévia;

e) A greve visa paralisar 50% da frota, o que implica em se operar aquém do contingente mínimo de carros para a operação no período natalino;

f) Comportamento contraditório do Sindicato ao notificar a paralisação para o dia **18/12/2023** e, todavia, realizá-la já a partir de **15/12/2023**;

g) O motivo alegado (adimplemento da gratificação natalina) é inviável, eis que o prazo legal para pagamento ainda não foi atingido (**20/12/2023**).

Em sede **liminar**, postulou a concessão de ordem judicial para que o sindicato suscitado, como representante da categoria dos Rodoviários, abstenha-se de praticar qualquer ato de paralisação do serviço essencial de transporte coletivo urbano, além de que os diretores, prepostos ou associados abstenham-se de praticar quaisquer atos que venham a ferir direitos possessórios de todas as empresas concessionárias do sistema de transporte coletivo desta Capital, bem como multa de **R\$100.000,00** (cem mil reais por hora de paralisação), em caso de descumprimento da ordem judicial, na forma do **Artigo 519 do CPC**.

Assim, pugnou pela concessão da medida liminar, para evitar graves prejuízos morais e econômicos à coletividade.

Passo à análise do pedido de medida liminar, porque presentes os requisitos legais.

É assegurado aos trabalhadores o exercício do direito de greve, conforme preconizado no **Artigo 9º da Constituição Federal**. Este direito, contudo, não é absoluto.

O texto constitucional mencionou que a lei definirá quais as atividades essenciais e inadiáveis e que os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei (**Artigo 9º, §§1º e 2º, CF/1988**).

Nos termos do **Artigo 10, V da Lei nº 7.783/1989**, o transporte coletivo é considerado serviço essencial.

Estabelece, ainda, o **Artigo 13 da Lei nº 7.783/1989**:

Art. 13 - Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação."

Na hipótese vertente dos autos, observa-se que a paralisação aconteceu no **dia 15/12/2023** sem prévia comunicação ao Sindicato patronal, uma vez que foi informada que ela aconteceria apenas no **dia 18/12/2023** se não fosse pago integralmente o 13º salário dos trabalhadores da categoria.

Há abuso no exercício do direito de greve quando o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário e Urbano Coletivo de Manaus e no Amazonas não observa as normas contidas na **Lei nº 7.783/1989**, segundo o **Artigo 14** do referido diploma, no caso em epígrafe, quando não comunica o Sindicato empregador com antecedência mínima de **72 (setenta e duas) horas** da paralisação.

O documento ID 000fd49 denominado "Código de Referência" informa que o pagamento da 1ª parcela do 13º salário 2023 foi repassado à empresa que efetua os pagamentos da empresa INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA na data de hoje para repasse aos funcionários.

No tocante ao prazo de pagamento da 2ª parcela do 13º salário de 2023, o **Artigo 1º da Lei nº 4.749/1965** enuncia que o prazo final para pagamento da referida verba é **20/12/2023**, passando a ser exigível a partir desta data.

A falta de norma coletiva que antecipe a data da obrigação, não é possível a paralisação do serviço até o dia **20/12/2023** para reivindicar o pagamento da 2ª parcela do 13º salário, uma vez que o mesmo ainda não é exigível.

Diante dos fundamentos acima expostos, defiro o pedido liminar para:

1. Considerar ilegal a paralisação ocorrida no dia **15/12/2023**, uma vez que não foi cumprida a exigência de prévia comunicação;

2. Determinar ao suscitado, seus diretores ou prepostos que atuem imediatamente para garantir o retorno integral da categoria aos seus postos de trabalho e abstenham-se de paralisar o serviço essencial de transporte coletivo urbano nesta Capital até o dia **20/12/2023** (data limite para o adimplemento da 2ª parcela do 13º salário - conforme **Artigo 1º, Lei nº 4.749/1965**), sob pena de multa de **R\$50.000,00** (cinquenta mil reais) por hora de paralisação;

3. Que o suscitado, seus diretores, prepostos ou associados abstenham-se, ainda, de praticar quaisquer atos que venham a ferir direitos possessórios das empresas abaixo relacionadas, concessionárias do sistema de transporte coletivo de Manaus e região metropolitana, notadamente no que consiste na turbação da posse de suas garagens, bem como no cerceamento do livre acesso às mesmas, por seus funcionários e usuários, devendo eventuais manifestantes manterem-se a uma distância mínima de 50 metros da entrada das empresas, sob pena de crime de desobediência e multa de **R\$50.000,00** (cinquenta mil reais) por hora de turbação:

1) Global GNZ Transportes LTDA, com garagem localizada na Alameda Cosme Ferreira, s/n, Km 05, Bairro São José.

2) VIAÇÃO SÃO PEDRO LTDA, com garagem localizada na Rua Riacho Ecológico, 682, Bairro Tarumã, CEP 69041-010;

3) VEGA MANAUS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA., com garagem localizada na Av. do Turismo, 6000, Tarumã, CEP 69.041-010, Manaus-AM;

4) INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA, com garagem localizada na Av. Camapuã, 921 – Cidade Nova, CEP nº 69.097-720;

5) VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA., com garagem na Av. Laguna, 17, Nova Esperança;

6) AÇAÍ TRANSPORTES COLETIVOS LTDA., com garagem localizada na Rua Hidra, 92, bairro Santo Agostinho, Manaus/AM;

7) EXPRESSO COROADO LTDA., com garagem localizada na Rua Raimundo Assunção Borges, n. 278, Bairro Aleixo;

8) AUTO ÔNIBUS LÍDER LTDA., com garagem localizada na Av. Comendador José Cruz, 1970 – Bairro Lagoa Azul – CEP nº 69.018-150;

Diante da urgência da medida, determino que a **presente decisão tenha força de mandado, para ser cumprida com a máxima brevidade, por Oficial de Justiça**, que poderá, se necessário, requisitar força policial, para assegurar o cumprimento da medida, além de poder cumprir em qualquer hora, em qualquer lugar e na pessoa de qualquer representante ou dirigente do sindicato suscitado (**art. 212, §1º, do Código de Processo Civil**).

Autoriza-se, ainda, a utilização dos meios eletrônicos de comunicação, de forma a assegurar a imediata ciência da parte requerida.

Dê-se ciência ao requerente, por intermédio de seu representante legal.

Após, encaminhem-se os autos à Presidência desta Corte.

MANAUS/AM, 16 de dezembro de 2023.

ALBERTO BEZERRA DE MELO
Desembargador(a) do Trabalho